

XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

SILVANA BELINE TAVARES

ANA PAOLA DE CASTRO E LINS

JORGE LUIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

G326

Gênero, Sexualidades e Direito I [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Ana Paola de Castro e Lins; Jorge Luiz Oliveira dos Santos; Silvana Beline Tavares. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-868-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Gênero e sexualidades. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITO I

Apresentação

É cediço que quando se analisa as mais variadas questões relativas a nossa convivência em sociedade, uma gama variada de impedimentos baseados na sexualidade e no gênero é detectada. Tal questão pode caracterizar a ausência do Estado no seu dever de promover e proteger o fundamento dos Direitos Humanos que é a dignidade da pessoa sem nenhuma forma de distinção. Assim, ao se perceber a sexualidade e o gênero, como parte essencial e fundamental da humanidade, depreende-se que as pessoas precisam estar fortalecidas e juridicamente amparadas, para performarem a sua identidade sexual e de gênero.

Assim, torna-se importante reunir pesquisas como as que sustentam esse GT, para o fortalecimento de tais direitos.

O trabalho “Feminismo: corpos dóceis controlados e disciplinados”, de Joasey Pollyanna Andrade da Silva, Clara Rodrigues de Brito e Jefferson Aparecido Dias nos mostra como o patriarcado constitui um sistema social que impõe opressão, dominação e controle sobre os corpos femininos, favorecendo desigualdades sociais e de gênero que opera também nos setores econômico, social e político como forma de biopoder.

Karla Andrea Santos Lauletta em “Feminismo jurídico: primeiras aproximações conceituais sobre a teoria de tamar pitch”, faz uma aproximação teórica ao feminismo jurídico a partir da análise do texto Sexo y Género de y en el Derecho: el feminismo jurídico da autora italiana Tamar Pitch com o objetivo de relacionar as pautas feministas expostas ao princípio da dignidade humana e os avanços do debate público no Brasil.

Em “Homofobia e a igualdade: uma análise da ado n° 26 e do mi n° 4733 a partir do conceito de reconhecimento proposto por Nancy Fraser”, Hugo Rogério Grokskreutz e Matheus Felipe De Castro afirmam que o princípio da igualdade passou a ser previsto expressamente pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que por sua vez, veda qualquer ato discriminatório e, concomitantemente, determinou a criação de uma lei penal incriminadora para proteger tal bem jurídico, logo, se trata de um mandado de criminalização. Por tal razão, houve a criação da Lei de racismo n° 7.716, de 05 de janeiro de 1989, porém, tal legislação não contemplava a pessoa LGBTQI+, o que levou o Supremo

Tribunal Federal no julgamento da ADO nº 26 e do MI nº 4733 a modular o conteúdo decisório e a ampliar seu alcance, independentemente de alteração legislativa, para proteger as pessoas que eram desconsideradas por tal legislação.

Ana Paola de Castro e Lins e José Anchieta Oliveira Feitoza com o trabalho “Identidade de gênero e transexualidade no direito brasileiro: a virada das decisões dos tribunais superiores” tem por objetivo analisar a mudança teórica na percepção da categoria identitária, com o fim de detectar as consequências dessa maleabilidade no âmbito do Direito, em especial quanto à alteração de nome e gênero no registro civil.

Com “Legítima defesa da honra e o avanço civilizatório”, Ana Carolina Figueiro Longo destaca o papel do Poder Judiciário na tarefa de atualização da interpretação normativa, como instrumento para estabilidade e legitimação do Estado, por meio de decisões que reconhecem o avanço civilizatório da sociedade.

Isadora Malaggi, Jéssica Cindy Kempfer e Sabrina Lehnen Stoll com o trabalho “Maternidade no cárcere privado: uma análise acerca dos direitos e garantias das mulheres encarceradas” analisam se o ambiente prisional está garantindo os direitos básicos das mulheres em situação de maternidade, a partir das atuais estruturas e instalações do sistema prisional e dos cuidados maternos essenciais.

“O machismo estrutural no tribunal do júri: uma análise crítica do julgamento do caso Bruna Lícia Fonseca” de Whaverthon Louzeiro De Oliveira e Artenira da Silva e Silva teve o propósito central de identificar os meios jurídico-legais através dos quais o patriarcado e o machismo se manifestam no Tribunal do Júri a partir de um estudo do caso de Bruna Lícia.

Geórgia Oliveira Araújo e Sara Lima Portela em “O que é consentir? o consentimento como elementar implícita do crime de estupro e a necessidade de uma compreensão jurídico-penal do consentimento” tem como objetivo compreender a construção da norma penal do crime de estupro, indagando de forma crítica sobre o consentimento como um elemento implícito na configuração do tipo.

Com o trabalho “Orientação sexual, preconceito e relações de trabalho: o papel das cortes na defesa de direitos lgbtqiapn+” Jonadson Silva Souza, Leandro de Andrade Carvalho e Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith afirmam que a orientação sexual e de gênero constituem espectro da vida privada, que encontram proteção do estado e devem ser respeitadas nas interações sociais, inclusive, contando com vasta jurisprudência protetiva internacional e nacional sobre a temática.

Lucas Pires Maciel e Anna Beatriz Vieira Silva nos trazem em “Questões tributárias de gênero: o fenômeno do pink tax” Um estudo que teve por finalidade a abordagem de uma questão discriminatória de gênero no âmbito tributário, que se denomina pink tax,

O trabalho “Segurança humana e feminização da pobreza no Brasil: um debate necessário” de Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira, Paulo Henrique Tavares da Silva e Jéssica Feitosa Ferrei teve por objetivo refletir sobre o fenômeno denominado ‘feminização da pobreza’ como um dispositivo que ameaça a segurança humana das mulheres.

Fabiane Wanzeler do Carmo e Raimundo Wilson Gama Raiol em “Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes do sexo feminino: uma relação de poder e de desigualdades” analisam como a relação de poder e as desigualdades geracionais e de gênero influenciam para a viabilidade do acometimento e manutenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes do sexo feminino, cometidas por um adulto do sexo masculino.

A discussão trazida por Larissa Bastos Rodrigues e Oswaldo Pereira De Lima Junior em “O lugar da mulher também é no poder judiciário”: um olhar sobre a política pública judiciária de incentivo a participação feminina criada pelo Conselho Nacional de Justiça” nos mostra a presença e os desafios das mulheres nas carreiras jurídicas no contexto brasileiro que, apesar das avançadas conquistas femininas no campo jurídico, persistem desafios significativos relacionados à equidade de gênero.

A proposta de Mariana Macêdo Santos, Gustavo Raposo Pereira Feitosa e Ana Cecília Bezerra de Aguiar com o trabalho ““Se te agarro com outro, te mato!”: discurso jurídico, relações de gênero e a legítima defesa da honra no tribunal do júri brasileiro” tem como objetivo analisar em que medida o discurso de preservação da honra masculina foi utilizado para influenciar a tomada de decisão no Tribunal do Júri em casos de feminicídio.

Convidamos a todos, todas e todes para conhecer os trabalhos! Boa leitura!

Ana Paola de Castro e Lins

Jorge Luiz Oliveira dos Santos

Silvana Beline

FEMINISMO: CORPOS DÓCEIS CONTROLADOS E DISCIPLINADOS

FEMINISM: CONTROLLED AND DISCIPLINED DOCILE BODIES

Joasey Pollyanna Andrade da Silva ¹

Clara Rodrigues de Brito ²

Jefferson Aparecido Dias ³

Resumo

O patriarcado constitui um sistema social que impõe opressão, dominação e controle sobre os corpos femininos, favorecendo desigualdades sociais e de gênero. A presença desse sistema, atualmente, é inegável, operando nos setores econômico, social e político como forma de biopoder. O biopoder, enquanto uma extensão do patriarcado, exerce controle sobre as mulheres ao impor normas, valores e expectativas relacionados ao gênero. Isso resulta em uma influência sobre as escolhas e direções das mulheres, restringindo suas oportunidades e perpetuando a opressão. Em contraponto a esse sistema opressor surgem os movimentos feministas como forma de resistência a esse sistema patriarcal. O objetivo da pesquisa foi analisar o biopoder como ferramenta de dominação das mulheres, abrangendo desde períodos remotos até os dias atuais. Para tal análise, empregou-se o método dedutivo, com ênfase em pesquisa bibliográfica. Buscou-se contribuir para a desconstrução de comportamentos que perpetuam a violência e desrespeito ao gênero feminino. Em conclusão, é imperativo implementar ações que promovam a igualdade entre homens e mulheres, visando à redução das disparidades sociais. Tais medidas desempenham um papel fundamental para a garantia de uma sociedade caracterizada pela igualdade, justiça e liberdade, na qual todas as pessoas, independentemente de seu gênero, sejam respeitadas e capazes de superar as práticas que perpetuam a desigualdade.

Palavras-chave: Biopoder, Corpos, Feminismo, Mulheres, Patriarcado

Abstract/Resumen/Résumé

The patriarchy constitutes a social system that imposes oppression, domination, and control over female bodies, favoring social and gender inequalities. The presence of this system in contemporary times is undeniable, operating in economic, social, and political sectors as a

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR; Mestre em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR (bolsa CAPES).

² Doutoranda em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR; Mestre em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR; Coordenadora e Docente do núcleo de Pós-graduação Lato Sensu da SVT Faculdade.

³ Doutor em Direito Direitos Humanos pela Universidade Pablo de Olavide – Espanha; Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília – SP; Docente do PPGD UNIMAR-SP; Procurador do MPF

form of biopower. Biopower, as an extension of the patriarchy, exerts control over women by imposing norms, values, and gender-related expectations. This results in an influence on women's choices and directions, limiting their opportunities and perpetuating oppression. In contrast to this oppressive system, feminist movements emerge as a form of resistance to this patriarchal system. The research's objective was to analyze biopower as a tool for women's domination, spanning from ancient times to the present day. For this analysis, the employed methodology was based on deductive reasoning, with an emphasis on bibliographic research. The outcome aims to contribute to the deconstruction of behaviors that perpetuate violence and disrespect towards the female gender. In conclusion, it is imperative to implement actions that promote equality between men and women, aiming at reducing social disparities. Such measures play a fundamental role in ensuring a society characterized by equality, justice, and freedom, where all individuals, regardless of their gender, are respected and capable of overcoming practices that perpetuate inequality.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Biopower, Bodies, Feminism, Women, Patriarchy

INTRODUÇÃO

Na atual sociedade contemporânea, é notório se perceber o grande avanço em relação aos direitos humanos das mulheres, em que essa conquista está marcada por trajetórias de lutas constantes, reconhecidas por movimentos sociais e pelo feminismo no decorrer da história, que trouxe resultados positivos como a inserção da mulher para o mercado de trabalho, a educação, a política, a economia, as estratégias de saúde e o meio social. Também houve um progresso relativo à ampliação de direitos e da democracia, em que a mulher conquistou a sua cidadania por meio do direito ao voto e da voz.

Entretanto, mesmo com esse progresso, ainda há uma sociedade extremamente patriarcal que institucionaliza a superioridade com atitudes, comportamentos e discursos sexistas dos homens em relação às mulheres, operando como instrumento de dominação, baseado, muitas vezes, em diferenças biológicas. Essa forma de dominação e controle dos corpos pode ser analisada com base nos estudos do filósofo Michel Foucault, especificamente sobre o biopoder. Uma vez que se caracteriza esse poder pela utilização de várias técnicas que procuram "obter a sujeição dos corpos e o controle das populações" (FOUCAULT, 1976, p.169). Manifesta-se este em inúmeras instituições sociais, com o intuito de manter o sistema patriarcal, como as instituições de ensino, penitenciárias e a própria lei que regula as condutas humanas.

Justificam-se as contribuições de Michel Foucault para este trabalho em virtude de este apresentar importante ferramenta para compreender o direito contemporâneo. Sua contribuição teórica quanto ao biopoder e os discursos de dominação e controle dos corpos feminino são relevantes, pois demonstram que o direito ao próprio corpo, ainda, é um dos pontos acometidos pela ideologia de submissão da mulher em relação ao homem, que se perpetua a séculos.

O feminismo resiste a uma estrutura patriarcal presente nessas instituições sociais, buscando a dignidade, justiça social, cidadania e liberdade sobre o seu próprio corpo. No entanto, retrata-se a condição da mulher brasileira por grandes desigualdades, surgindo, então, os seguintes questionamentos: como a sociedade patriarcal exerce o controle e domínio sobre a vida das mulheres? Será que a mulher tem seus direitos de liberdade e igualdade salvaguardados?

Para responder a esses questionamentos, utilizou-se a metodologia qualitativa por ser a forma mais pertinente para compreender a natureza de um fenômeno social e, por meio do método dedutivo, realizou-se um levantamento bibliográfico, para uma melhor análise do tema proposto, visando a uma interpretação da teoria de Foucault, buscando o aprimoramento das ideias e informações sobre a pesquisa apresentada neste artigo. De forma complementar, houve

exploração do conteúdo por meio de consulta a revistas digitais, livros, legislação, doutrinas, entre outros, constituindo uma pesquisa essencialmente bibliográfica e documental. Para Maria Cecília de Souza Minayo, “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21). Dessa maneira, essa metodologia revela-se a mais adequada para a complexidade do tema.

O objetivo do trabalho foi promover uma análise do biopoder como meio de dominação que acometem as mulheres, desde épocas remotas até os dias atuais. Realizando uma reflexão sobre a resistência do movimento feminista frente a uma sociedade patriarcal, de dominação, imposição de poder e de controle dos corpos, reforçando a desigualdade de gênero, a qual leva à distinção social hierarquizante.

Estrutura-se o presente artigo em três tópicos: no primeiro abordam-se os principais aspectos históricos e teóricos do patriarcado e do movimento feminista. No segundo analisam-se os conceitos de biopoder, poder e controle dos corpos conforme o filósofo Michel Foucault. No terceiro e último tópico, apresenta-se uma reflexão da função normalizadora das normas e das desigualdades sociais em relação às mulheres.

1. ABORDAGEM DOS PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS DO PATRIARCADO E DO MOVIMENTO FEMINISTA

Atualmente, o feminismo demonstra que, desde épocas remotas, o homem é privilegiado, enquanto o ser “mulher” é desvalorizado. Os homens seguem como os detentores do poder e de domínio sobre as mulheres, incluindo os seus corpos (RITT, 2008).

O sistema de dominação masculina, intitulado patriarcado, é compreendido como um modelo de exploração e opressão em relação às mulheres, bem como uma estratégia de poder que se mantém por meio do domínio masculino na vida privada e nas instituições e organizações políticas. Assim, para Caroline Fockink Ritt:

o homem sempre teve como seu espaço o público e a mulher foi confinada ao espaço privado, qual seja, nos limites da família e do lar, ensejando assim a formação de dois mundos: um de dominação, produtor - (mundo externo) e o outro, o mundo de submissão e reprodutor (interno) (RITT, 2008, p. 2).

Logo, a sociedade determinava que o homem deveria pertencer à esfera pública, desempenhando o papel de provedor da família, ao mesmo tempo em que a mulher seria condicionada à esfera do mundo privado, destinada, exclusivamente, ao cuidado do lar, que funcionava como ocupação em contrapartida devido ao sustento financeiro do marido. Isso resultou em inúmeras desigualdades sociais e de gêneros, violência doméstica, segregação, discriminação que contribuiu para a dominação dos homens sobre as mulheres (DELAJUSTINE, 2017).

Segundo Simone Beauvoir, a dominação masculina surgiu do próprio “privilegio biológico que permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 1983, p. 97). Assim, concedeu-se naturalmente ao homem o poder social, enquanto a mulher permaneceu “condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino” (BEAUVOIR, 1983, p. 97). Esse sistema patriarcal, de forma natural e inconscientemente, tornou-se eficaz para manter a dominação das mulheres. Como afirma André Leonardo Copetti Santos e Douglas Cesar Lucas:

há um inconsciente, agora já nem tão inconsciente assim, patriarcal, masculino e heterossexual, que funciona mediante um sistema de comunicações praticamente silenciosas, mas avassaladoramente eficazes na estruturação e dinâmica dos processos de dominação das mulheres pelos homens (...) (SANTOS; LUCAS 2015, p. 35).

Diante disso, esse sistema patriarcal de dominação propicia o silêncio de diversas mulheres, que perdem a voz e a autonomia, submetendo-se ao dominador homem — o que reforça as atitudes, comportamentos e discursos masculinos, definidos — historicamente e socialmente — como detentor da posse dos corpos das mulheres, o implica, cada vez mais, em relações assimétricas (PATEMAN, 1993).

Em contraposição a esse sistema opressor e dominador, surgiu o feminismo, um movimento que trouxe grandes avanços ao longo da história. Em síntese, apresentam-se três períodos históricos (ondas femininas) importantes nas conquistas dos direitos femininos.

O primeiro período refere-se aos anos 60-70, conhecido como o feminismo de igualdade. Nessa época, houve os movimentos progressistas centrados na ideia de libertação das mulheres na política, na economia e na promoção dos direitos jurídicos. Nesse cenário, surgiu o lema “o pessoal é político”, como forma de manifestar a desigualdade de poder, visto que as mulheres não teriam a igualdade de direitos reservados aos homens, como o acesso à esfera pública, direitos contratuais, de propriedade ou de voto, apenas o seu direito estava reservado ao ambiente privado, familiar e doméstico. Além disso, os movimentos feministas

lutaram contra os casamentos arranjados e sobre a dominação dos corpos das esposas pelos maridos como sendo sua propriedade exclusiva. Do mesmo modo, reivindicaram o acesso das mulheres à educação para que permitisse o seu engajamento na esfera política, econômica ou pública (VACCA; COPPOLECCHIA, 2012).

Denomina-se o segundo período de feminismo da diferença, referente à década de 80. Sua estratégia consistia em reagir contra as desigualdades culturais e políticas, reforçando que as mulheres seriam superiores e não inferiores. Sendo assim, negaram a hierarquização, invertendo-a, mas aceitaram a sexualização¹. Dessa maneira, por meio da comunicação em massa, o movimento feminista incentivou as mulheres a pensarem sobre alguns aspectos de suas vidas como relações de poder sexistas. Durante essa época, nos Estados Unidos, local relativo ao contexto de origem desse movimento, disseminaram-se frases como “Liberação das mulheres”. Houve a conhecida queima de sutiãs como forma de protestos feministas. Todavia, esse período não obteve grandes êxito, pois trouxe a ideologia do “feminismo vítima”, a fim de confrontar as questões da divisão de classe (VACCA; COPPOLECCHIA, 2012).

Por último, o terceiro período iniciou-se nos anos 90 e permanece até os dias atuais, surgiu em decorrência das falhas das reivindicações anteriores. Esse movimento foi influenciado pelo pós-modernismo, que trouxe mudanças nos estereótipos, no retrato da mídia e no dialeto utilizado para definir, essencialmente, as mulheres. A finalidade foi reconhecer as inúmeras identidades femininas e descartar a ideia do “feminismo vítima”, evidenciado pela segunda onda, em uma análise pós-estruturalista do gênero e da sexualidade. Trouxe bastante força aos movimentos negros, homossexuais, lesbianismos e transexuais, bem como editou legislações visando combater a violência feminina e medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida (CONSOLIM, 2017).

Algumas medidas importantes, relativas à violência sofrida pela mulher, contemplaram: o Decreto n.º 1.973, de 1º de agosto de 1996, que promulgou a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Em seu artigo 1º, traz a definição de violência contra a mulher ao referir “para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. (BRASIL, 1996). Já no seu artigo 6º, alude:

¹ Sexualização é tornar algo sexual em caráter ou qualidade ou tornar-se consciente da sexualidade. Segundo a *American Psychological Association*, a sexualização ocorre quando "os indivíduos são considerados objetos sexuais e avaliados em termos das suas características físicas e sensualidade".

o direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros:
a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação (BRASIL, 1996).

Outro ponto relevante ocorreu no dia 07 de agosto de 2006, que editou a Lei n.º 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, que criou mecanismo que visa coibir a violência doméstica e familiar contra mulher, inclusive violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Por fim, o último ponto refere-se ao dia 09 de março de 2015, que entrou em vigor a Lei 13.104, que, por sua vez, modificou o Código Penal, incluindo o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, crime contra a mulher em razão de sua condição mulher (CONSOLIM, 2017).

Não obstante, a mídia acredita haver uma nova onda do feminismo, que surgiu em 2010, o ciberfeminismo, que, por meio das redes sociais, WhatsApp, Facebook, Instagram, Youtube, blogs, sites e outros meios de comunicação via internet, permitiu a disseminação de informações sobre as causas feministas, alcançando inúmeros públicos do gênero feminino. Este aderiu ao movimento feminista, buscando reconhecimento dos seus direitos e da sua identidade (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Diante disso, é inegável que houve grandes avanços em relação aos direitos das mulheres como uma ampliação nas legislações que tratam da vulnerabilidade da mulher, das especialidades e assistência da saúde feminina e da educação sexual. Além de debates intelectuais sobre o controle dos corpos das mulheres e desagregação destes, imposição de parâmetros de beleza, prostituição, as temáticas de gênero, e a atuação do capitalismo nesse sistema de controle denominado patriarcado (DELAJUSTINE, 2017).

Apesar de todas essas reivindicações, lutas constantes, conquistas e legislações que beneficiaram as mulheres, o patriarcalismo e o machismo permanecem entranhados em toda estrutura sociocultural como forma de poder que exerce por meio da opressão e da dominação dos corpos femininos, resultando em discriminação, desigualdades, violências físicas e subjetivas, desrespeitando os direitos humanos das mulheres (DELAJUSTINE, 2017).

2. ANÁLISE DOS CONCEITOS DE BIOPODER, BIOPOLÍTICA, PODER E CONTROLE DOS CORPOS CONFORME MICHEL FOUCAULT

A análise sobre o conceito e exercício do poder não passa, apenas, nos instrumentos do comportamento humano, pois os indivíduos são seres sociais e políticos e, nesse contexto, as relações de poder não se limitam. Por isso, torna-se necessário abordar o poder com base no pensamento do filósofo Michel Foucault que instituiu os termos biopoder e biopolítica, buscando explicar a relação dos sujeitos e da população com o seu soberano e como estes os manipulavam. Observa-se a biopolítica como um poder que procura administrar e salvaguardar a vida por meio de mecanismos de controle, ao passo que o soberano tinha o poder de matar ou deixar viver, como forma de garantir segurança, integridade física e melhorias na vida dos seus súditos. De acordo com Fernanda Mesquita Serva e Jefferson Aparecido Dias,

esses mecanismos de controle, se adotarmos a divisão criada por Aristóteles, incidiriam tanto sobre a “bios”, ou seja, a vida da população qualificada politicamente, quanto sobre a “zoé”, vida natural que é comum a todos os animais, inclusive os humanos. Os mencionados mecanismos de controle ou dispositivos de segurança se caracterizam, na maioria das vezes, como projetos, programas, campanhas, pesquisas, estatísticas etc, os quais tem como principal objetivo impor à coletividade atendida essa ou aquela conduta, em relação aos mais diversos temas, como fecundidade, natalidade, consumo etc. (SERVA; DIAS, 2016, p.427).

Nesse contexto, Machado, Dias e Ferrer argumentam que, com o advento da biopolítica, a vida passou a ser administrada pelo aspecto da bios e da zoé. Nessa modalidade de controle, a lei continua exercendo a sua importância no controle da vida das pessoas, porém utilizam-se outras estratégias como mecanismos de controle como pesquisas, campanhas e estatísticas, entre outras (MACHADO; DIAS; FERRER, 2018, p.32).

Segundo Foucault, o poder é fluído, nunca uno, por isso é necessário observar o modo e onde ele opera, dado que não se trata de um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras” (FOUCAULT, 2008, p. 183). Assim, o autor compreende que o poder deve ser contemplado de forma plural, pois haveria distinção entre os círculos de poder. Logo, “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 2008, p. 183)

Por meio do poder disciplinar, o indivíduo pode ser conhecido, controlado e explorado, tirando-se dele tudo o que pode oferecer. A função da disciplina é produzir corpos dóceis, que possam ser adestrados, moldados segundo as necessidades sociais. Os corpos disciplinados são corpos exercitados e submissos. Segundo Foucault,

o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e eficientes. ‘Adestra’ as multidões confusas, imóveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Por volta do século XVII, o poder centrou-se no corpo como máquina e em seu adestramento por meio da disciplina. Para Foucault, a sociedade patriarcal exerce um poder de controle sobre a vida da população e dos indivíduos, especialmente sobre as mulheres. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

O termo biopolítica revela a maneira pela qual o poder é transformado em uma época distinta, a fim de governar não somente os sujeitos mediante a certos procedimentos disciplinares, mas também a todos os seres vivos constituídos em populações. A biopolítica por meio de poderes locais lida com gestação da saúde, nutrição, higiene, natalidade, mortalidade e sexualidade entre outros, não está apenas ligado a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social (FOUCAULT, 2015, p. 29)

A biopolítica tem a sua base em princípios desenvolvidos pelo capitalismo tecnológico e pela soberania, modificados no decorrer do tempo, evoluindo em um primeiro aspecto, quer seja, disciplinar, para um segundo aspecto que soma as disciplinas aos dispositivos de controle. A esse efeito, tratou-se a disciplina como um "anátomo-político" dos corpos, aplicada, principalmente, aos indivíduos a fim de normalizar e disciplinar, por meio das diversas instituições erigidas, a família, o exército, o Estado, a igreja, as escolas, a polícia, entre outras. Enquanto a biopolítica configura, ao contrário, uma espécie de grande “medicina social” que se aplica ao controle de populações para governar a vida, pois esta faz parte do campo do poder, exercido, prioritariamente, pelo Estado por meio da biorregulamentação (VACCA; COPPOLECCHIA, 2012).

Suscintamente, a biopolítica articula-se aos processos de massa e à sua regulamentação, controlando o que limita ou possibilita a vida dos indivíduos como seres

sociais. Refere-se a um poder disciplinador e regulador que acolhe as vidas e corpos dos sujeitos, sendo o seu instrumento principal o biopoder, que exerce o controle de forma coletiva e não individual. Conforme Michel Foucault, “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Para Paulo André Machado Kulsar, esses dois polos, identificados por Foucault em relação à divisão do poder que exerce sobre a vida, constituem, primeiramente,

uma preocupação com o corpo como máquina, adestramento para realizar atividades que interessariam ao poder constituído, ampliação de certas aptidões, extorsão de suas forças, ou seja, uma preocupação voltada ao plano econômico. Os corpos deveriam se desenvolver e adaptar para aumentar a capacidade de produção, sendo fortes, habilidosos e dóceis, na medida em que pudessem contribuir para a economia. Em segundo lugar, o corpo enquanto espécie, sustentáculo da vida e dos processos biológicos, entre eles destacadamente a reprodução, mas também questões de saúde, longevidade, mortalidade. Desenvolve-se, então, uma biopolítica da população, preocupada em regular e controlar a maior quantidade de aspectos relacionados à vida das pessoas. A este controle sobre os corpos Foucault denomina Biopoder (KULSAR, 2019, p. 65).

Nesse contexto, o filósofo Antonio Negri (2008) traz a distinção entre o mecanismo de biopoder e da biopolítica, como o biopoder utilizado para demonstrar a existência dos inúmeros poderes sobre a vida, enquanto biopolítica destina-se a resguardar a atuação da vida como protagonista, dado que a vida pode ser considerada como uma forma de poder. Logo, o biopoder corresponde a um caráter regulador, já a biopolítica teria um mecanismo emancipador (NEGRI, 2008).

Para Elaine Cristina Sotelo Fachini e Walkiria Martinez Heinrich Ferrer, Foucault caracteriza a biopolítica e o biopoder como “a preocupação de garantir a continuidade da espécie humana. Pois esses novos mecanismos denominados de biopoder e biopolítica são uma garantia dos direitos de manter-se vivo e são interdependentes” (FACHINI; FERRER, 2019, p.229).

Desse modo, o biopoder é uma ferramenta que, ao ser somada ao poder disciplinar, complementa as relações que determinam os comportamentos, abrindo espaços para a governamentalidade que discorre em torno da população como grupos políticos e sociais. Nesse sentido, abre-se um espaço para o poder disciplinar operar de uma forma mais silenciosa de governar hierarquicamente (DELAJUSTINE, 2017).

Para Martine, Dias e Mollica, “o biopoder se coloca, então, como uma tecnologia de poder, um conjunto de métodos com a finalidade de controlar a população e não apenas um indivíduo, aqui a população é tanto alvo como ferramenta na relação de poder” (MARTINE; DIAS; MOLLICA 2021, p. 1.426)

Em síntese, conforme Elaine Cristina Sotelo Fachini e Walkiria Martinez Heinrich Ferrer refere:

a biopolítica e o biopoder buscam criar na vida de uma determinada população, corpos economicamente ativos e politicamente dóceis, utilizando uma nova forma de controle, que seduz e conquista o indivíduo por meio de mecanismos discretos que agem diretamente na vida em sociedade e tal tecnologia penetra em todos os momentos da vida, garantindo o bem-estar social, com uma vigilância tecnológica que torna o indivíduo submisso à tecnologia (FACHINI; FERRER, 2019, p.227).

Contudo, neste estudo, o sistema abordado é o patriarcal, relativo às relações de poder que transcorrem pelo corpo social individual, na população, como integrante do cuidado coletivo. Dessa maneira, estruturam-se os indivíduos em um sistema patriarcal, e essa cultura consiste na apropriação do poder e da sujeição dos indivíduos pela dominação, autoridade e controle, implicando, de forma inconsciente, o cotidiano.

3. PATRIARCALISMO: A DOMINAÇÃO SOBRE CORPO FEMININO *VERSUS* UMA AFRONTA AO ARTIGO 170 DA CF

O patriarcalismo é um comportamento de vida próprio dos homens em sociedade, que se colocam acima das regras sociais. Esse sistema patriarcal contribui para restringir direitos, especialmente os das mulheres, semelhantemente ao biopoder. Foucault, ao realizar uma reflexão a respeito dos sistemas totalitários, observou que o instrumento do biopoder utiliza de preconceitos para a exclusão de minorias com o intuito de manter a sobrevivência dos mais fortes em relação à espécie humana (DELAJUSTINE, 2017).

Diante da problemática estudada por Foucault, torna-se possível associar as relações de poder ao sistema patriarcal, pois o poder está enraizado em diversas áreas da sociedade, não se limita. Logo, o poder, sutilmente, desaparece na sociedade, dado que é uma prática social corrente e contaminada pela dominação do patriarcado — que regula inúmeras formas de relações de poder (DELAJUSTINE, 2017).

Dessa maneira, é imprescindível que algumas populações precisam ser silenciadas, em tal caso, as mulheres. Ao mesmo tempo que o poder disciplinar opera sobre o corpo do indivíduo, visando à individualização e ao isolamento social por meio das instituições, o biopoder age em atividades coletivas, alcançando o conjunto humano, ou seja, a população (DELAJUSTINE, 2017).

O praticado constitui uma estratégia de dominação e subordinação, existindo, somente, nas relações sociais. Esse sistema baseia-se em uma economia sustentada nas relações de poder de produção e reprodução, “fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1988, p. 133).

O sistema patriarcal, por meio de um contrato social, que pode ser o casamento, união estável entre outros, assegura a opressão e dominação de mulheres como um direito político. Esse domínio e controle do patriarcado pode ser interpretada como uma forma de biopoder evidenciada por Foucault, o que significa um poder determinado por estratégia que busca controlar os corpos e as populações presentes em diversas instituições sociais com finalidade de manter as premissas do patriarcado (DELAJUSTINE, 2017).

De acordo Paulo André Machado Kulsar,

sentimento de posse e o estupro, assim como a violência psicológica derivada do assédio, passa a ser visto pelas mulheres como seu, e não mais do homem. Os dispositivos de dominação como as práticas discursivas, as ideologias, medidas administrativas, técnicas científicas, regras morais, proposições filosóficas, nem sempre percebidos pelas pessoas, exercem um poder difuso mas extremamente eficiente no controle dos corpos, e as mulheres sofrem os efeitos amplificados, pois a lógica da construção dos dispositivos é a lógica do homem, aquele que sempre dominou os espaços de poder nos grupos sociais (KULSAR, 2019, p. 67).

Essa dominação pelo homem é predominantemente histórica e cultural, principalmente em uma sociedade capitalista que sempre determinou o papel da mulher aos afazeres domésticos, cuidados com a casa e com a família, independente de sua condição de ocupação, nível de renda ou idade. O trabalho doméstico, desempenhado exclusivamente pelas mulheres, tinha como lema o cuidado, considerando-se a dita naturalidade feminina. Esse discurso de o cuidado ser papel da mulher limitou as suas vidas à esfera privada, e, posteriormente, devido às inúmeras transformações socioeconômicas e à constante busca da independência financeira, trouxe desvantagens em relação aos homens para a atuação econômica e social. Assim, Sousa e Guedes mencionam:

o ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016, p.125).

Atualmente, no Brasil, é visível a ocorrência de desigualdade de gênero, caracterizado pela desigualdade de poder entre homens e mulheres, que se refere ao acesso de oportunidades no espaço político, econômico e cultural. Dessa forma, observa-se um círculo vicioso em que há uma privação das mulheres em ocupar cargos de decisão e liderança, o que impossibilita a existência de melhorias no ambiente corporativo e no espaço público. As mulheres estudam mais, ganham menos, ocupam, em menor número, cargos eletivos e posições de chefia, trabalham mais tempo no ambiente doméstico, e exercem um maior número de trabalho não remunerado (MUNIZ, 2018).

De acordo com estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2019, há diversas desigualdades de gênero em relação à educação, mercado de trabalho, diferença nos rendimentos, e menor participação na esfera pública e política. O estudo demonstrou, a respeito do Ensino Superior completo, que 29,7% das mulheres, entre 18 a 24 anos de idade, terminaram o Ensino Superior; já para os homens, o índice foi de 21,5 %. Porém o rendimento auferido pelas mulheres foi de, apenas, $\frac{3}{4}$ da renda masculina, ou seja, as mulheres em média auferiam cerca de 77,7% do montante recebido pelos homens (IBGE, 2021).

Já o indicador de número de horas semanais dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres doméstico apurou que as mulheres dedicam 21,4 horas semanais ao trabalho não remunerado; enquanto os homens, apenas, 11,0 horas (IBGE, 2021).

Além disso, a ONU, por meio de um levantamento, demonstrou que cerca de 126 milhões de mulheres, na América Latina, trabalham no setor informal tais como: faxineiras, empregadas domésticas e ambulantes. Essas são as mulheres expostas aos vínculos empregatícios instáveis, com salários baixos e sem direitos ou proteção social (ONU, 2021).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho informal no Brasil, em 2020, teve o índice de 68% e, com o advento da pandemia do coronavírus, gerou grandes impactos com relação ao desemprego e queda da participação na força de trabalho.

Nesse sentido, as mulheres foram afetadas de forma desproporcional, pois, devido às oscilações de mercado, foram as primeiras a ficarem desempregadas (ONU, 2021).

Nesse cenário de crise pandêmica, em que houve muitas mortes masculinas, as mulheres acabaram sendo as guardiãs dos cuidados, as encarregadas do trabalho doméstico, desenvolvendo inúmeras funções tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo. Em decorrência disso, elas sofrem esgotamento físico e emocional (CRUZ, 2021).

De acordo o Mapa de Desigualdade de 2020 e como base nos dados da RAIS-MTE²/2018, torna-se inquestionável a desigualdade racial, em que homens brancos ocupam o topo da pirâmide econômica; enquanto as mulheres negras seguem com baixos salários, menos da metade da remuneração dos homens brancos, mesmo desenvolvendo as mesmas funções. Ressalta-se que, no país capitalista, as mulheres negras sofrem dupla crueldade nos seus rendimentos, simplesmente pelo fato de ser mulheres negras, auferindo renda menor do que os homens e mulheres brancas (CASA FLUMINENSE, 2020).

Em relação aos cargos gerenciais, no Brasil, 62,6 % são ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres (IBGE, 2021). Conforme o Mapa Mulheres na Política 2020, relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP), a participação política das mulheres representa 25,4% dos parlamentares no mundo. No Brasil, esse indicador passou de 10,5%, em dezembro de 2017, para 14,8%, em setembro de 2020. Porém, mesmo com esse aumento, o país, ainda, continua com o menor percentual de mulheres exercendo mandato parlamentar na câmara dos deputados. Atualmente, o Brasil ocupa a 142ª posição, dentre 193 nações no *ranking* de representação feminina no Parlamento (IPU, 2020).

Diante desse estudo, realizado pelo IBGE e pelo IPU, em que uma sociedade patriarcal opera por meio do domínio e controle sobre as mulheres nesse segmento, Miguel e Biroli afirmam que:

a vigência dos estereótipos, as estruturas de autoridade ainda dominadas pelos homens e as múltiplas responsabilidades adicionais, que são típicas da condição feminina nas sociedades marcadas pelo sexismo, tornam a experiência do trabalho assalariado mais penosa para as mulheres do que para os homens, o que, de formas diferentes, ocorre em todos os níveis da hierarquia de ocupações (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.7).

² Relação Anual de Informações Sociais é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente.

A legitimação da desigualdade de gênero tem a sua justificativa baseada em características físicas, diferenças biológicas, em que a mulher é vista como um sexo frágil, sentimental, com menor agilidade e racionalidade. Nesse sentido, convencionou-se a acreditar que mulheres aceitam o discurso legitimador das diferenças salariais, considerando-se que engravidam, dão à luz, e, por esse motivo, precisam permanecer por um período afastadas dos serviços laborais. Com isso, as empresas ficam muito tempo sem a funcionária, o que implica às mulheres grávidas um verdadeiro prejuízo para a atividade econômica (KULSAR, 2019). Assim, para Sousa e Guedes,

a divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro. A divisão do trabalho que se estabeleceu entre os sexos atribuiu o cuidado do lar para a mulher, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social. Enquanto a produção material foi atribuída aos homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade (SOUSA; GUEDES, 2016, p.125).

Outro ponto relevante refere-se às relações afetivas. As mulheres têm menos liberdade sexual e são severamente penalizadas quando resolvem expressar a sua sexualidade, pois são objetificadas. Devido a esse fato, são vítimas de assédio, importunação e violência sexual, o que pode implicar o feminicídio. Inclusive, elas são coisificadas de tal forma que são assassinadas pelo seu ex-marido ou atual companheiro quando decidem terminar o relacionamento ou conhecer outra pessoa. No Brasil registraram-se, em 2019, 1.326 casos de feminicídios, ou seja, mulheres assassinadas em razão de seu gênero (RESENDE, 2020).

Essas compreensões, presumidamente validadas pela natureza, são, na verdade, convicções sociais relativas ao campo de oportunidade das mulheres. A desigualdade de gênero decorre de discriminação pela natureza relacionada, simplesmente, pelo simples fato de um indivíduo ser homem ou mulher. Dessa forma, as diferenças entre o ser masculino e feminino encontram-se instrumentalizadas para exercer o controle e reprimir as expectativas feminina. O patriarcalismo prejudica, de maneira cruel, as mulheres, sendo enraizado na cultura, na mentalidade, nas instituições, nas relações sociais e nos aspectos materiais da existência. Evidenciando, de forma clara, uma desigualdade de poder, de oportunidades, de acesso, de valorização, de prestígio e de liberdade de escolha, entre outros que são

desempenhadas nas relações de gênero, isto é, nas perspectivas conferidas ao ser feminino e masculino (KULSAR, 2019).

À vista disso, torna-se indiscutível a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente no Brasil, o que constitui uma afronta à Constituição Federal de 1988; tanto no artigo 5º “caput” que traz o direito de igualdade a todos, sem distinção de qualquer natureza; quanto no artigo 170, segundo o qual “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios e inciso VII - redução das desigualdades regionais e sociais” (BRASIL, 1988).

A valorização do trabalho humano significa que o poder público deve garantir tanto para o homem quanto a mulher meio necessário para sobreviver dignamente com a remuneração de seu labor, sem qualquer tipo de discriminação. Para isso há uma gama de direitos sociais. Portanto, seguindo essa perspectiva, o trabalho humano deve ser valorizado com base no respeito aos direitos sociais em nossa Constituição. Sendo assim, a finalidade da Ordem Econômica é assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social (VIEGAS; FILHO, 2020).

A valorização do trabalho humano se remete ao caráter dirigente da nossa constituição, criada à luz do bem-estar social, o que significa que o Estado Brasileiro tem o dever de garantir justiça social a todos, ou seja, uma vida digna para todos, sem qualquer tipo de diferença, discriminação ou segregação. Nesse caso, todos têm o direito de participar das riquezas produzidas pelo seu trabalho, de modo que o seu trabalho seja reconhecido, remunerado e protegido de forma igualitária entre homens e mulheres, a fim de que assegure a todos os seus direitos. O reconhecimento do trabalho humano é essencial para a Ordem Econômica do Estado Brasileiro (VIEGAS; FILHO, 2020).

Conforme o inciso VII do artigo 170 da CF/88, relativo à redução das desigualdades regionais e sociais como um dos princípios da Ordem Econômica, é incontestável que homens e mulheres devem gozar da mesma forma de todas as oportunidades de acesso a direitos, bens e serviços entre os membros de uma sociedade. E, dentre os tipos de desigualdades sociais, destacam-se a desigualdade de gênero e de raça. Para Laís Abramo,

as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decente atualmente existentes, assim como para o

efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ABRAMO, 2006, p. 40).

As desigualdades de gênero e raça demonstram, claramente, em relação aos indicadores de mercado de trabalho, como visto anteriormente, que as mulheres, mesmo nos dias atuais, recebem remuneração inferior aos homens, mesmo exercendo igual função. Além de haver um número menor de mulheres ocupando cargos superiores de chefia, gerência, público e político, pela simples condição de ser mulher (STOODI, 2021).

Para reverter esse quadro de desigualdades de gênero, enfrentado pelas mulheres, é imprescindível a implementação de políticas públicas sensíveis ao gênero, englobando todas as mulheres em suas multiplicidades, igualando oportunidades de trabalhos remunerados e não remunerados, relativo aos homens, instituindo leis que reduzam a jornada de trabalho das mulheres, pois, na maioria das vezes, são chefe de família, cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, que, historicamente, o homem faz parte de uma sociedade essencialmente machista, que advém de séculos de dominação, de imposição de biopoder sobre as mulheres. Os valores culturais da sujeição feminina estão enraizados nas estruturas sociais de regulação do convívio humano e nas relações de poder.

Diante disso, demonstrou-se, neste trabalho, que o sistema patriarcal exige dos homens o exercício de controle sobre os corpos femininos tanto de maneira social quanto sexual. O biopoder demonstra esse poder no contexto social engendrado no próprio patriarcado. Esse sistema de dominação e controle dos homens não é apenas físico no caso de violência contra a mulher, mas também incide sobre a esfera social, econômica, cultural e política.

Em suma, o biopoder é um instrumento que regula a vida dos indivíduos, atuando sob a óptica patriarcal, isto é, uma relação de poder e de dominação. A biopolítica é uma gestora calculista de vida, de subordinação dos corpos e controle de populações, por meio de mecanismos como estimativas, previsões, estatísticas, medições globais para intervir nos fenômenos gerais, tornando-se indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo. Já o feminismo é uma probabilidade de enfrentamento ao biopoder patriarcal, mediante as lutas por direitos igualitários entre homens e mulheres nas esferas sociais, culturais, políticos e econômicas, buscando garantir a efetivação dos princípios constitucionais.

A igualdade, a valorização do trabalho, a redução das desigualdades regionais e sociais são princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, em que homens e mulheres devem gozar da mesma forma de todas as oportunidades de acesso a direitos, assegurando a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Diante disso, houve a implementação de políticas públicas, legislação específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e a igualdade de direito no mercado de trabalho, no âmbito político, econômico e social.

No entanto, mesmo com esses avanços — que ampliaram a participação da mulher em diversas áreas — ainda, percebem-se vários obstáculos para superar tamanha desigualdade de gênero e raça entranhado na atual sociedade. Por isso, é necessário instituir ações que revertam valores machistas, desnaturalizando-os a fim de promover uma sociedade mais justa, digna e solidária, respeitando as mulheres como seres humanos primordiais na humanidade, assegurando a efetivação de todos os seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Revista Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, out./dez. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400020&script=sci_arttext. Acesso em: 26 abr. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade 2020**. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

CONSOLIM, Veronica Homs. **O que pede a terceira onda feminista?** Justificando. 13 set. 2017. Disponível em: <https://www.justificando.com/2017/09/13/um-pouco-da-historia-de-conquistas-dos-direitos-das-mulheres-e-do-feminismo/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CRUZ, Claudia. **Quem cuida de quem foi responsabilizada pelo cuidado na pandemia.** Casa Fluminense. 8 de maio de 2021. Disponível em: https://casafluminense.org.br/quem-cuida-de-quem-foi-responsabilizada-pelo-cuidado-na-pandemia/?gclid=Cj0KCQiAubmPBhCyARIsAJWNpiO1AqAmOX9hem0fPAbdjRe1EzrK3NwyWo_znT5wr4gMPptJALL3hv8aArT1EALw_wcB. Acesso em: 27 abr. 2023.

DELAJUSTINE, Ana Claudia. **O feminismo como enfrentamento do biopoder em uma sociedade patriarcal.** In: I CONGRESSO BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS: Refletindo sobre as vidas nuas da contemporaneidade, 1, 2018, Porto Alegre Anna Paula Bagetti Zeifert; Joice Graciele Nielsson; Maiquel A. Dezordi Wermuth (Orgs.). Porto Alegre, 2018. p.1-11 Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9328>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FACHINI, Elaine Cristina Sotelo, FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. **Biopolítica e biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: a lei geral de proteção de dados como inibitória da manipulação social.** Revista Direito UFMS, Campo Grande, MS, v. 5, n. 2, p. 226 – 246, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/9153>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir.** Paris: Editora Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 2. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 25. ed. Trad. Roberto Machado Rio de Janeiro: Editora Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica. n.38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

IPU. Inter-Parliamentary Union. **Mulheres no parlamento em 2020.** Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-parliament-2020>. Acesso em: 24 abr. 2023.

KULSAR, Paulo André Machado. “Desonra: o biopoder e a coerção sobre as mulheres”. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v.6, n. 4, p. 63-71, abril. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/993>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MACHADO, Vinicius Rocha Pinheiro; DIAS, Jefferson Aparecido; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. “Biopolítica e novas tecnologias: o discurso do ódio na Internet como mecanismo de controle social”. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 55, n. 220, p. 29-51, out./dez. 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/55/220/ril_v55_n220_p29. Acesso em: 23 abr. 2023.

MARTINE, Laura de Andrade Ribeiro; DIAS, Jefferson Aparecido; MOLLICA Rogerio. “Biopoder em tempos de pós-modernidade: a pós-verdade como mecanismo de controle que fomenta as desigualdades sociais”. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 7, n. 5, p. 1421-1453, 2021. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/5/2021_05_1421_1453.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política – Uma introdução**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MUNIZ, Marize. “A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na vida”. **Cut - Central Única Dos Trabalhadores**, Brasil, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/a-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-na-vida-ce54>. Acesso em: 26 maio 2023.

NEGRI, Antonio. **La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política**. Madrid: Editora Paidós, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Emprego informal representa 70% dos novos postos de trabalho na América Latina**. 9 set. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1762572>. Acesso em: 26 maio 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

RESENDE, Leandro. **Maridos e ex-maridos são responsáveis por 90% dos feminicídios no Brasil**. **CNN**, Nacional. 25 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/maridos-e-ex-maridos-sao-responsaveis-por-90-dos-feminicidios-no-brasil/>. Acesso em: 24 maio. 2023.

RITT, Caroline Fockink. **A violência doméstica contra a mulher: Uma afronta aos direitos humanos, direitos fundamentais e a dignidade humana**. In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos: Florianópolis: UFSC, 2008, p.1-6.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. **A (in)diferença no direito**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2015.

SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. “Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica”. **Revista Argumentum**, Marília, v. 17, p. 413-433, jan./dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/319#:~:text=A1%C3%A9m%2>

Odisso%2C%20o%20texto%20tamb%C3%A9m,popula%C3%A7%C3%A3o%20assuma%20o%20seu%20papel. Acesso em: 23 maio 2023.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. “As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas”. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 101–122, jan./jul. 2021. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948#:~:text=O%20presente%20artigo%20discute%20as,em%20livros%20e%20artigos%20cient%C3%ADficos>. Acesso em: 21 maio 2023.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES Dyeggo Rocha. “A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década”. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

STOODI. **Desigualdade social: o que é, tipos, causas e consequências!** 15 abr. 2021.

Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/geografia/desigualdade-social/>. Acesso em: 24 maio 2023.

VACCA, Lucrecia; COPPOLECCHIA, Florencia. “Una crítica feminista al derecho a partir de la noción de biopoder de Foucault”. **Revista Páginas de Filosofía**, Buenos Aires, ano XIII, v. 13 n. 16, p. 60-75, 2012. Disponível em: <https://1library.co/document/yeo7pj0q-critica-feminista-derecho-partir-nocion-biopoder-foucault.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. “Discriminação de gênero e orientação sexual nas relações de trabalho”. **Revista Argumentum**, Marília, v. 21, n. 1, p. 39-64, jan./abr. 2020. Disponível em:

<http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1003/759>. Acesso em: 26 abr. 2023.